

QUESTÃO REGIONAL E POLÍTICA ECONÔMICA NACIONAL

Wilson Cano*

A elaboração deste texto decorreu de convite do BNDES, para que o autor participasse de seminário em que se discutiriam as bases e as condições para a elaboração de uma nova política de desenvolvimento regional para o Brasil. Contudo, entendo que é absolutamente indispensável a elaboração de uma nova política nacional de desenvolvimento, sem a qual não se poderá formular nem políticas setoriais nem regionais.

Isto advém de duas questões. Primeiro, porque não se deve formular políticas específicas que não guardem a necessária compatibilidade entre si, e entre o todo e suas partes. Segundo, porque entendo que o modelo econômico atual, de corte neoliberal, é incapaz de prover crescimento elevado e persistente, e de também prover o saneamento da grave crise social por que passamos. Assim, é necessário substituí-lo, construindo-se uma alternativa que atenda a esses pressupostos. Por essa razão, o leitor não deve estranhar que a terceira (e maior) parte deste texto se ocupe justamente em formular algumas bases para a construção dessa alternativa.

1. Integração do mercado nacional: concentração e desconcentração produtivas

A “Crise de 1929” foi a mais profunda que até então sofrera o capitalismo, atingindo duramente nosso país. Naquele momento persistimos, mas por breve tempo, em permanecer dentro dos cânones do liberalismo. Contudo, a severidade das crises externa e interna (a cafeeira e a industrial, que antecederam à externa) desnudou rapidamente a insanidade de ainda manter a posição econômica liberal, desencadeando

* Prof. Titular do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

uma crise política e uma revolução. Nossa vulnerabilidade externa foi rapidamente desnudada, mas, ao mesmo tempo, desnudou também nossa potencialidade de defesa da economia nacional. O novo governo adotou o rumo de iniciar uma soberana política nacional de desenvolvimento, que possibilitou o uso interno mais intenso de nossa agricultura, de nossa mineração e de nossa indústria, tornando cativo a elas o mercado nacional.¹

Esse foi o início da *Era Vargas*, que, concomitantemente, desencadeou a extinção das barreiras fiscais estaduais que impediam ampla deslocação inter-regional de mercadorias, e expandiu a construção da necessária infra-estrutura de transporte e energia. Com essas ações, o comércio inter-regional cresceu fortemente, superando o exterior. Foi com esse desiderato que o país, antes um “arquipélago econômico”, pôde integrar seu mercado nacional. O uso mais intenso dos próprios recursos nacionais não beneficiou apenas seu estado mais industrializado – São Paulo –, cuja indústria, entre 1928 e 1939, cresceu à média anual de 7,3%, ao passo que a do restante do país o fez a 6,4%.

**Tabela 1: Participação regional no PIB total
(Brasil = 100%)**

	1939	1945	1959	1970	1980	1985	1990	1998
NO*	2,6	1,7	2,0	2,2	3,2	4,1	4,9	4,5
NE	16,7	13,9	14,4	12,0	12,2	13,7	12,9	13,1
MG	10,0	10,4	7,9	8,3	9,4	9,7	9,3	9,8
ES	1,2	1,3	0,8	1,2	1,5	1,7	1,7	1,9
RJ	20,9	19,5	18,5	16,1	13,6	11,6	10,9	11,0
SP	31,2	36,4	37,9	39,5	37,7	35,8	37,0	35,5
PR	2,9	4,0	5,4	5,5	5,9	6,2	6,3	6,2
SC	2,2	2,5	2,4	2,8	3,3	3,3	3,7	3,5
RS	10,2	8,6	8,4	8,7	8,1	7,9	8,1	7,7
CO*	2,1	1,7	2,3	2,7	3,6	3,7	3,6	4,1
DF	-	-	-	1,0	1,5	2,3	1,6	2,7

Fonte: FGV e FIBGE(1939-1985); IPEA(1990-1998); *NO: inclui TO em 1985-1998; *CO: inclui TO em 1939-1980; exclui DF.

Comprova-o ainda mais a elevada taxa média anual de crescimento do PIB total entre 1939 e 1970, de 5,86% para o Brasil, 6,67% para São Paulo e 4,74% para o Nordeste, a região que menos cresceu. A Tabela 1 mostra que, entre 1939 e 1970, apenas o Nordeste e o Rio de Janeiro apresentam perdas mais significativas no contexto nacional, não por terem estagnado suas economias, mas pelo crescimento mais acelerado de São Paulo.

¹ Sobre o tema, ver Cano (1998 e 2002 a).

A Tabela 2, que mostra a participação regional no PIB agropecuário, revela perdas significativas daquelas mesmas regiões, bem como de Minas Gerais e São Paulo, compensadas pelo extraordinário crescimento no Sul, e pela expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste e no Norte. Com efeito, a agricultura itinerante de que falou Furtado continuou se expandindo, reconcentrando a propriedade agrária, expulsando o pequeno ocupante e reproduzindo, cada vez mais longe, o binômio progresso-miséria.

Em livro editado em 1972, Furtado analisou o fenômeno, que, a seu juízo, se estendia desde o século XVI, e ao qual chamou de problema da agricultura itinerante. Mostrava que, à medida que a agricultura de exportação se expandia, empurrava para o interior a pecuária e destruía as bases da agricultura de subsistência, que se interiorizava cada vez mais, tornando-se também itinerante. Furtado mostrou que esse fato não foi exclusivo do espaço nordestino, pois também o café no Vale do Paraíba praticou processo semelhante, e as exceções, segundo ele, teriam sido os casos de áreas de colonização de pequena e média propriedade, como os do Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul².

Esse movimento se devia a que, abundando a mão-de-obra – com ínfima remuneração – e havendo “facilitado” acesso à terra, não se requeria maior assimilação de progresso técnico, reproduzindo, alhures, seus baixos rendimentos físicos.

Assim, a agricultura de subsistência foi sempre prejudicada, empurrada para outro lugar, e a pequena produção jamais teve condições de competir, antes, com a agricultura escravista – que recebia determinados tipos de privilégios – e, depois, com a capitalizada, que operaria em outras bases econômicas. Deste modo, o país, desde o século XVI, continua a empurrar grande parte de seus miseráveis e a atrair outros, à medida que a fronteira agrícola caminha. Na fronteira se reproduz a questão fundiária e, dado que grande parte dos migrantes só consegue se alojar no mundo urbano, também ficam reproduzidos os problemas urbanos típicos das periferias das grandes cidades.

² Refiro-me ao que Furtado (1972, cap. II) chamou de *Agricultura Itinerante*, bem como de suas idéias fundamentais sobre a questão regional, apresentadas em várias de suas obras, entre as quais: *A Operação Nordeste*, *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste* (texto não assinado pelo autor mas de autoria confessa), *Formação Econômica do Brasil* e *A Fantasia Desfeita*. Publiquei uma síntese do tema (“Furtado e a questão regional no Brasil”), em Tavares (2000), e outra, com versão atualizada para o período pós-1970: “Furtado: a questão regional e a agricultura itinerante no Brasil.”, em Cano (2002 B).

Escrevendo isso em 1972, Furtado não podia prever os efeitos que o novo sistema de crédito rural, criado em 1965, geraria sobre o padrão tecnológico da agricultura, fato que poderia interromper aquela itinerância, dada a lógica de sua análise. Daqueles tempos até o presente, entretanto, sua análise continua válida, com uma única diferença: à época, o autor via essa agricultura como ineficiente, de baixa produtividade, de baixo uso de recursos tecnológicos, justamente porque o preço da terra e as condições de oferta de mão-de-obra a favoreciam.

Tabela 2: Participação regional no PIB agropecuário (Brasil - 100%)

	1939	1945	1959	1970	1980	1985	1990	1998
NO*	3,3	1,7	2,4	4,1	5,0	6,5	11,5	7,0
NE	23,0	19,3	27,9	20,9	19,5	20,6	18,8	14,7
MG	15,3	17,3	10,5	11,9	16,3	17,0	12,5	11,3
ES	2,2	2,4	1,6	1,9	2,1	2,9	1,2	1,9
RJ	4,8	4,9	4,1	2,4	2,0	1,8	1,5	1,2
SP	24,7	30,0	21,9	18,0	14,2	16,7	20,3	23,7
PR	4,9	6,9	11,6	12,1	11,7	11,9	9,0	11,1
SC	3,7	3,9	4,1	5,4	5,2	4,3	6,0	5,8
RS	13,6	10,4	11,2	15,9	12,6	10,9	11,7	13,2
CO*	4,5	3,2	4,7	7,4	11,4	7,4	7,3	9,9
DF	-	-	-	0,0	0,0	0,0	0,2	0,1

Fonte: FGV e FIBGE(1939-1985); IPEA(1990-1998); *NO: inclui TO em 1985-1998; *CO: inclui TO em 1939-1980; exclui DF.

De 1970 para cá, além de os fatores terra e mão-de-obra baratos persistirem, novos incentivos se juntaram ao processo, a saber: infra-estrutura pública, maior acesso ao crédito, acesso ao mercado (desregulado) de câmbio, via exportação, especulação ainda mais intensa sobre o ativo terra e, ainda, incentivos fiscais em certas regiões³.

Hoje, ao contrário, a tecnologia penetrou mais no campo – não plenamente, dado que a mecanização de colheitas ainda é parcial. Com isso, elevaram-se os rendimentos físicos e a produtividade – embora ainda estejamos longe dos melhores padrões internacionais –, mas a questão central, a expansão da agricultura itinerante, ainda se mantém. Colaborou muito para a continuidade desse processo o próprio governo, com a forma com que implementou suas já citadas políticas de incentivo às exportações – que destruiu a estrutura fundiária do norte do

³ Para essa constatação, ampliei e atualizei, em 2001, meu texto citado na nota anterior, analisando o mesmo processo de *itinerância* entre 1970 e 2000.

Paraná, substituindo as pequena e média propriedades pelo latifúndio soja/trigo –, à produção de energéticos (cana-de-açúcar), e às mais recentes formas de colonização (e de extração de madeira) no Centro-Oeste e na Amazônia.

A atividade industrial cresceu ainda mais do que os demais setores, tendo o predomínio de São Paulo sido acentuado, com sua participação na produção nacional da indústria de transformação aumentando, ininterruptamente, até 1970, quando atinge 58,2%. Não podemos negligenciar os fatos mais importantes que marcaram a política econômica do período: notável expansão do Estado, do sistema nacional de planejamento e da montagem de instituições e instrumentos orientadores da política de desenvolvimento regional, estes iniciados com a proposta de Celso Furtado, em 1959. Papel extraordinário cumpriu o investimento público – notadamente o das empresas estatais –, que complementava os esforços mais gerais de desenvolvimento nacional e regional.

O período que se estende entre fins das décadas de 1960 e final dos anos 1970 teve sua política econômica mais direcionada para a expansão e a diversificação da agropecuária e da agroindústria – notadamente para exportação – e para a expansão industrial, que contemplava a montagem de segmentos mais complexos – insumos básicos e bens de capital –, além de forte expansão da infra-estrutura de transporte, energia e telecomunicações. O programa, fortemente conduzido pela ação do Estado e de suas empresas, acelerou ainda mais o crescimento anual do PIB nacional entre 1970 e 1980 (8,7%), mas o uso mais intenso do potencial das demais regiões fez com que crescessem (8,9% para o Nordeste), desta vez, à frente de São Paulo (que cresceu a 8,2%).

No que tange à indústria de transformação, iniciou-se, naquele momento, um processo mais decisivo de desconcentração produtiva, tanto porque as anteriores políticas regionais geraram efeitos positivos de atração de inversões privadas, como, principalmente, porque o Estado ampliou, nesse sentido, sua ação, desconcentrando energia, transportes, telecomunicações, agricultura e agroindústria, e indústrias básicas (tabela 3).

2 - Crise, neoliberalismo e reconcentração industrial

Vinda a crise da década de 1980, a desaceleração fez com que o PIB nacional crescesse, entre 1980 e 1985, à média anual de 1,2%; São Paulo – o mais afetado pela crise –, a incríveis 0,2% e o Nordeste a 3,3%. A desconcentração ainda continuou, por duas razões: porque, até meados de 1985, ainda amadu-

reciam na periferia nacional alguns dos megaprojetos públicos iniciados na década de 1970; e por razões meramente estatísticas, dado que as taxas de São Paulo foram ainda mais deprimidas do que as do resto do país.

A Tabela 3 mostra ainda, contudo, que o fenômeno da desconcentração industrial não se deu apenas no sentido de São Paulo ao restante do país: a indústria do interior desse estado aumenta sua participação nacional, de 14,7% para 22,5%, mostrando o óbvio fato de que a localização de certas atividades econômicas, no capitalismo, tem outros determinantes (mercado, infra-estrutura, recursos naturais, etc.) além daqueles emanados apenas por decisão estatal.

A década de 1980 – *a da dívida* – teve como características básicas: alta inflação, baixo crescimento, crise crônica de balanço de pagamentos, corte do crédito interno, e elevação acentuada das dívidas públicas externa e interna. Isto debilitou fortemente o Estado nacional, em termos fiscais e financeiros, reduzindo o gasto e o investimento públicos (e o de suas empresas estatais), e deslocando a reflexão sobre a política econômica, da órbita do desenvolvimento para a da conjuntura. No campo produtivo, a indústria se debilitou, e cresceram mais os segmentos minerais e agroindustriais exportadores ou de energia, como o álcool de cana-de-açúcar.

Tabela 3: Indústria de transformação: participação regional no VTI
(Brasil = 100%)

	1939	1949	1959	1970	1975	1980	1985	1989	1998
NO ⁽¹⁾	1,1	0,7	0,9	0,8	1,3	2,4	2,5	⁽³⁾	⁽³⁾
NE	10,9	9,1	6,9	5,7	6,6	8,1	8,6	8,1	8,3
MG	7,6	6,6	5,8	6,5	6,3	7,7	8,2	8,2	9,1
ES	0,3	0,4	0,3	0,5	0,6	0,9	1,2	(3)	(3)
RJ	25,5	20,6	17,6	15,5	13,5	10,6	9,5	10,3	8,1
SP	40,7	48,9	55,6	58,2	55,9	53,4	51,9	50,2	49,5
GSP ⁽²⁾	26,3	32,4	41,0	43,5	38,8	33,6	29,4	28,8	24,4
INT ⁽²⁾	14,4	16,5	14,6	14,7	17,1	19,8	22,5	21,4	25,1
PR	2,3	2,9	3,1	3,1	4,0	4,4	4,9	5,3	6,1
SC	2,1	2,4	2,2	2,6	3,3	4,1	3,9	4,0	4,6
RS	9,1	7,9	7,0	6,3	7,5	7,3	7,9	7,8	8,2
CO ⁽¹⁾	0,4	0,5	0,6	0,8	1,0	1,1	1,4	⁽³⁾	⁽³⁾

Fonte: (1939/1985) FIBGE – Censo Industrial; (1990/95) estimados pelo autor, com base na evolução da produção física (FIBGE), com coeficiente de ponderação de 1985 para 1989 e de 1989 para 1998.

⁽¹⁾ NO: Inclui TO em 1980/98. CO: Inclui TO em 1939/1975; Inclui DF.

⁽²⁾ GSP (Grande SP) e INT (Interior): estimados em 1939 pelo valor da Produção; 1949/85: Censo Industrial; 1990/98 SFESP valor adicionado c/ participações ajustadas pelas diferenças médias entre os censos e os dados da SFESP, entre 1980 e 1985.

⁽³⁾ Por resíduo (100% - regiões estimadas) NO + ES + CO teriam: 6,1 em 1989 e 5,7 em 1998.

Essa conjunção fez com que diminuísse a ação do Estado no plano regional e se debilitasse o investimento privado industrial. Com isso, o núcleo da dinâmica industrial – o parque produtivo de São Paulo – estagnou, paralisando os efeitos de desconcentração que se manifestaram entre 1970 e 1985.

A década de 1990 foi ainda pior, com a instauração das reformas e políticas de corte neoliberais. Com elas, a palavra *equidade* cedeu lugar, nos planos político e ideológico, à palavra *eficiência*. Assim, perderam sentido políticas que buscassem – de fato, e não apenas no discurso – a diminuição das disparidades regionais. As mudanças mais radicais, em relação à década anterior, foram a inversão dos saldos externos (agora fortemente deficitários), a drástica redução da inflação, o corte ainda maior do gasto público, juros reais ainda mais altos e a duplicação da taxa de desemprego.

Com efeito, os antigos instrumentos e instituições que se ocupavam dessa temática feneceram, dando lugar a novas e modernas idéias, como as do poder local, da região (ou cidade) competitiva, e, nos marcos do Estado nacional, para dissimular suas efetivas intenções, inventou-se a política dos grandes eixos.

Estes, efetivamente, constituíam vetores ligando zonas produtivas a portos de exportação, que deveriam receber grandes investimentos, para aumentar a eficiência e competitividade de nossas exportações⁴. Contudo, é necessário frisar que tais eixos apenas tocavam pontos de origem-destino, pouco ou nada fazendo em prol dos maiores espaços regionais em que estivessem inseridos. E praticamente ignoravam os problemas urbanos e sociais das cidades maiores envolvidas pelos eixos. Pior ainda, parte substancial (mais de dois terços) dos investimentos a eles vinculados viria do setor privado, os quais, dados os juros escorchantes e a incerteza pelo pífio crescimento, “ficaram ao largo”.

Assim, paralisou-se o processo de desconcentração industrial (ver Tabela 3), se esta for avaliada pelo valor da produção total da indústria de transformação. Porém, em termos de seus principais segmentos, houve, na verdade, reconcentração, em São Paulo, em vários ramos de maior complexidade tecnológica. São Paulo aumentou sua participação no total nacional, entre 1985 e 1998, como nos casos dos produtos eletrônicos e

⁴ Para a crítica à questão do poder local, ver: Brandão (2002); Fernandes (2001); e Vainer (1999 e 2000). Para a crítica sobre os eixos, ver Brandão e Galvão (2001).

de comunicações (de 55,7% para 63,6%), químicos (de 54,9% para 62,1%), equipamentos de informática (de 49,4% para 63,5%), e indústria de gravação e editoração eletrônicas (de 48,6% para 59,2%)⁵.

Os governos locais (estaduais e municipais), como medida de defesa – mas também por acreditarem na ideologia do poder local –, lançaram-se à infeliz empreitada da “guerra fiscal”, submetendo-se a verdadeiros leilões de localização industrial promovidos por empresas de grande porte (geralmente transnacionais), fazendo políticas de um anti-Robin Hood, transferindo dinheiro de pobres para milionários, e fomentando a localização pelo subsídio e pelo trabalho periférico ainda mais precarizado e mais barato⁶.

Dado o quadro econômico que se delineava após a abertura de 1994, alguns estudiosos da questão regional passaram a pensar que, em virtude da (propalada) nova inserção externa do país, suas distintas regiões cada vez mais buscariam inserções próprias, desvinculando-se, em parte, do restante nacional. Voltadas, assim, mais para o exterior do que para o interior, esses territórios competitivos – cidades, estados, regiões – causariam verdadeira fragmentação do território nacional, desfazendo a construção iniciada na Era Vargas⁷. Alguns acreditaram que a nova inserção seria intrínseca ao modelo de abertura e a fragmentação, inevitável. Outros também professavam isso, mais por convicção ideológica, e fizeram coro aos detratores da Era Vargas.

Estes, logo concordaram com a nova “política regional”, a dos grandes eixos, que não logrou êxito, dado o malogro do crescimento do PIB e o das exportações. Aqueles ainda mantiveram aceso o espírito crítico, percebendo claramente que aquilo era um engodo de política regional, e que seria necessário – dada a inevitabilidade da suposta nova inserção e fragmentação, que seria mister – construir uma nova política nacional de desenvolvimento regional, adequada à nova era. De forma muito resumida, tal proposição deveria buscar, entre outras coisas, descobrir, redescobrir ou fomentar as potencialidades competitivas das distintas regiões brasileiras, com o que, pensavam, combateriam as disparidades regionais. Mas, com isso, fragmentavam a nova política regional, dispersa por inúmeras microrregiões e por inúmeras atividades.

⁵ É o que mostram os dados das Pesquisas Industriais por Amostragem (PIA) de 1996-1998, da FIBGE.

⁶ Sobre a guerra fiscal, ver Arbix (2002) e Alves (2002).

⁷ Sobre o tema dos impactos regionais decorrentes da abertura externa e das privatizações, e do da fragmentação, ver Araújo (1999), Diniz (1999 e 2002), Kon (2002), Pacheco (1998) e Tinoco (2001).

Esqueceram, no essencial, que o modelo de corte neoliberal – para nós, países subdesenvolvidos – não nos leva ao crescimento alto e sustentado no tempo, e, tampouco, a uma miraculosa inserção externa capaz de saldar os nossos imensos débitos externos, atuais e futuros. Não se deram conta de que, com abertura, desnacionalização e privatização, se quebravam elos importantes de cadeias produtivas – muitas de âmbito inter-regional – e, notadamente, a fundamental ação regional induzida pelos investimentos das antigas estatais. Não perceberam, enfim, que o modelo é inviável, e inviável, portanto, a política regional dele derivada.

Há, assim, que se procurar um caminho, nacional, que nos leve ao crescimento necessário. Aquele que dê conta do desemprego e possibilite o saneamento de pelo menos parte significativa de nossa triste questão social. Só a partir dele é que poderemos, de fato, traçar as linhas de uma efetiva e nova política regional de desenvolvimento. Mas, antes de passarmos à discussão de alternativas, façamos um breve balanço da herança regional desse longo processo de desenvolvimento.

É bom lembrar que, em que pese termos tido 50 longos anos de excepcionais crescimentos nacional e regional, não enfrentamos condignamente nossos problemas ambientais e sociais: distribuição de renda, reforma agrária, analfabetismo, mortalidade infantil, e outros. Muitos deles, é verdade, melhoraram seus indicadores, os quais, contudo, permanecem, ainda, próximos aos dos países mais subdesenvolvidos do planeta, os africanos. Ou seja, embora as regiões periféricas tenham crescido bastante até o início da década de 1980, os problemas distributivos ficaram praticamente intocados.

Tabela 4: Diferenças regionais da renda média por habitante
(Brasil = 100)

	1939	1970	1990	1998
NO ⁽¹⁾	79	56	73	61
NE	33	38	44	46
MG	61	69	86	93
ES	62	69	94	106
RJ	239	163	124	130
SP	179	200	172	163
PR	96	75	109	109
SC	78	88	121	114
RS	127	119	130	126
CO ⁽¹⁾	69	67	81	101
DF	-	175	149	231

Fonte: FGV/FIBGE – Censo Demográfico e Contas Nacionais. NO⁽¹⁾ inclui TO em 1990 e 1998; CO⁽¹⁾ inclui TO em 1939-1970.

A Tabela 4 mostra uma aparente convergência entre os níveis da renda/habitante das distintas regiões. Observe-se que as mais baixas cresceram em direção à média nacional, e que as mais altas baixaram. Contudo, embora isso possa parecer um bom sinal, há que se esclarecer que parte dessa convergência se deve ao forte movimento migratório brasileiro, que fez com que, por exemplo, o denominador daquela relação diminuísse fortemente em Minas Gerais e no Nordeste, entre 1940 e 2000. Ou seja, enquanto a população cresceu 164% naquele estado e 230% naquela região, a do Brasil crescia 310%, a de São Paulo 427% e a do Sul 383%.

De fato, as migrações inter-regionais, que entre 1980 e 1991 somaram 3 milhões de brasileiros – dos quais 1 milhão foi para São Paulo, cerca de 0,6 milhão para o Centro-Oeste e 0,9 milhão para o NO –, somaram mais outros 3,1 milhões entre 1991 e 1999, dos quais o CO absorveu apenas 350 mil, o NO apenas 80 mil e São Paulo foi o grande receptor, com 1,5 milhão. Assim, a agricultura itinerante (Centro-Oeste e NO, principalmente) e os serviços de São Paulo receberam 73% dos fluxos desses dois períodos, mas, note-se que, no segundo, São Paulo recebeu quase 4 vezes mais do que a fronteira. Nesses períodos, os nordestinos foram, de novo, os emigrantes recordistas, somando 1,4 milhão em cada um. Do Nordeste, o total acumulado de emigrados, até 1999, era de 8,8 milhões, ou seja, cerca de 19% de sua população total⁸.

Assim, a melhoria (ou piora) da renda média regional por habitante sofreu importante influência estatística, e não apenas por razões econômicas regionais. Se olharmos, contudo, só para estados e não para regiões, há que se lembrar que, em 2000, o Maranhão ainda apresentava renda média equivalente a apenas 24% da nacional, ou que a de Tocantins era de 31%, mas a de Brasília era 131% maior.

Devemos lembrar também que, em que pese a região metropolitana de São Paulo ter tido, em 2000, uma renda média por habitante em torno de US\$5.000 (68% acima da média nacional), ali se encontravam 5,2 milhões de pobres (ou 30% de sua população), perfazendo 10% do número de pobres do país. Estes, que eram cerca de 41 milhões ao final da década de 1970, cresceram para 63 milhões em 1990, diminuíram para 50 milhões em 1995, mas, em 1999, já eram 53 milhões. É fato, também,

⁸ Ajustei os dados da PNAD 1999 (que não pesquisou as zonas rurais do NO), de forma a poder compará-los com os do Censo de 1991. Essas matrizes migratórias farão parte de outro texto que o autor está preparando.

que no Nordeste o quadro é ainda mais grave: naquele mesmo ano, 53% de sua população era pobre, atingindo 24 milhões de pessoas.

Que dizer ainda de indicadores como o analfabetismo, que ainda atinge 7,8% no Sul e no Sudeste, e 26,6% no Nordeste? Ou da mortalidade infantil, com números de 20 no Sul, 24 no Centro-Oeste e no Sudeste, e nefandos 53 no Nordeste? Deve-se lembrar, entretanto, que muitos países com menor renda do que a brasileira ostentam indicadores muito melhores. Ou seja, esse mal poderia ser fortemente reduzido com políticas sociais e de redistribuição de renda, que só em parte dependem de níveis elevados de renda.

Assim, já podemos adiantar que uma nova política de desenvolvimento regional deve, necessariamente: i) ter como determinantes gerais – e não específicos – os da política nacional de desenvolvimento; ii) ter como parâmetros básicos de atuação a elevação do nível de vida de suas populações, obtida fundamentalmente por políticas de maior conteúdo de emprego e de redistribuição de ativos.

Lembremos, por outro lado, que não nos encontramos no final da década de 1950, quando foram produzidos os primeiros ensaios para a política de desenvolvimento regional. De lá para cá, muito ocorreu também de positivo: i) a urbanização aumentou, criando novas oportunidades e novos estímulos econômicos e sociais; ii) a pesquisa de recursos naturais aprofundou sobremaneira o conhecimento sobre nossos territórios, solo, subsolo, água e meio ambiente, ainda que, nesta última questão, o conhecimento ainda esteja longe de nos assegurar a preservação ambiental, notadamente na Amazônia⁹; iii) também desenvolvemos novas tecnologias de produtos e processos agropecuários adaptados a especificidades de solo, clima e regionais, embora mais envolvidos com culturas de exportação; iv) a indústria de transformação – notadamente a de produtos leves e agroindústria – se desconcentrou, fazendo com que, de sua renda gerada entre 1970 e 1998 que equivalia a 160% da de 1970, pouco mais de sua metade fosse gerada na periferia nacional, representando isso cerca de 1,5 vezes a renda industrial gerada em São Paulo, em 1970.

Por outro lado, constituiu erro grave do governo federal as recentes extinções da Sudam e da Sudene, tidas como decorrentes da grande

⁹ Nesse sentido, são muito oportunos os trabalhos de Novaes (2002) e de Silva (2002), que nos advertem que atividades agrícolas, pastagem, madeireira, de mineração e a construção de hidrovias têm causado forte degradação na região.

corrupção que porventura existia naquelas instituições. Em seu lugar, criaram-se Agências de Desenvolvimento – ADA e ADENE, respectivamente –, eliminando a representação política nos antigos Conselhos Deliberativos, convertendo-os em órgão meramente técnico. Essa atitude parece reviver o dito popular de que não se deve jogar fora, com a água suja, a banheira e a criança. Por outro lado, a criação dessas Agências parece estar mais em consonância com atitudes regulatórias para contornar “falhas” em atividades exercidas pelo mercado do que com atitudes que devem ser essencialmente públicas¹⁰.

O desmonte do Estado nacional, sua exaustão financeira, a violenta contração do gasto público social e de investimentos transmitiram-se às hierarquias estaduais e municipais, via descentralização de serviços; pelo arдил federal no manejo do aparelho tributário, através do aumento mais que proporcional dos tributos e contribuições que não sofrem repartição com os estados e municípios; e pelos mecanismos vis, impostos às negociações das dívidas dos estados e dos principais municípios, com escorchantes taxas de juros, comprometendo os orçamentos dessas instâncias por pelo menos 30 anos. Com isso, as discussões sobre guerra fiscal, reforma tributária (que desonere a produção/exportação e que tribute no destino) e leis de incentivos regionais constituirão difíceis negociações, antes das quais será temeroso formular uma nova política regional consistente e duradoura.

Assim, a construção dessa alternativa só deve ser solidária com a nacional, de tal sorte que tanto as políticas sociais como as de crescimento, e de infra-estrutura, sejam articuladas ao todo nacional, e que possam reconstruir os elos que se romperam ou foram enfraquecidos com a insana política neoliberal. Nesse contexto, a infra-estrutura deveria ser tratada como suporte à competitividade sistêmica, e também como serviço de utilidade pública/social, mas não como uma mercadoria de “logística”. Por exemplo, o setor de transportes é tratado como mero “escoamento”. Há, portanto, que reconstruir instrumentos, corpo técnico qualificado e instituições adequados às necessidades presentes, bem como rever a dotação de recursos para isso necessários.

As bases da nova política regional, todavia, só devem resgatar o que de bom e útil tinham no passado, sem que isso signifique a volta pura e simples a ele. Devem também olhar o que há de novo, cuidando, porém,

¹⁰ Para uma crítica dessa mudança, ver Carvalho (2001).

de evitar o sentido de verdadeira panacéia que ora se pretende dar às chamadas políticas de competitividade territorial. Não é demais ainda advertir que é necessário sempre ter em conta, quando comparamos as políticas regionais nos países desenvolvidos, que somos um país subdesenvolvido, e que, portanto, nossos problemas regionais apresentam profunda diferenciação em relação aos daqueles.

Mas, como se verá adiante, nosso atraso e nossa deterioração econômica, tecnológica e social são grandes, o que exigiria enormes recursos internos e externos para saná-los. Por outro lado, são também grandes nossas restrições políticas externas e internas, exigindo, assim, da nação, grande força de coesão política. Não é demais dizer que essa tarefa levará muito tempo para dar um atendimento responsável para nossa questão regional-social-nacional, e que, diante de tais obstáculos, temos que fazer renascer uma velha palavra: priorização.

3. Para um novo projeto nacional de desenvolvimento¹¹

Entendo serem fundamentais, para a formulação desta proposta, a reflexão crítica sobre as radicais mudanças da economia política internacional a partir de fins de 1979, decorrentes da mudança da política fiscal norte-americana, e a subsequente restauração do dólar como o equivalente geral da economia mundial. A partir daí, os EUA retomavam sua hegemonia e instaurariam, com outras atitudes, o maior poder imperial no sistema capitalista de produção¹².

Assim, na década de 1980, os países subdesenvolvidos sofreram os perniciosos efeitos da “Crise da Dívida”, que aprofundaram as crises

¹¹ Desde 1990, o autor tem elaborado e organizado algumas idéias sobre este tema. A primeira versão é de 1990 na Unicamp, publicada e atualizada em Cano (1992). Atualizei-a, e a última está publicada em Cano (2002c), que praticamente constitui este tópico, com pequenas alterações.

¹² As principais atitudes e seus maiores efeitos foram: a quebra financeira dos países mais endividados, entre os quais alguns socialistas, dada a brutal elevação da taxa de juros e o corte dos financiamentos externos à periferia mundial; o anúncio do projeto *Guerra nas Estrelas* em 1983, ameaçando militarmente a já combatida capacidade de retaliação da URSS; o desastre político e econômico da *perestroika*, a partir de 1985-86; a queda do Muro de Berlim, em 1989, e suas seqüelas: o elevado custo da reunificação alemã e a desintegração da URSS e da Comunidade dos países Socialistas, a partir de 1991; a desvalorização do dólar e a subsequente valorização do iene. Em resumo, os EUA liquidaram a URSS e as anteriores pretensões de Japão e Alemanha, em tomar-lhes o poder hegemônico no capitalismo.

fiscal e financeira do Estado nacional, debilitaram o crescimento e ampliaram, de forma estrutural, o rombo financeiro do balanço de pagamentos. Na de 1990, o receituário neoliberal implicou a submissão consentida à nova ordem, representada pelos preceitos contidos no chamado Consenso de Washington, abdicando de suas soberanias nacionais no exercício de suas políticas econômicas¹³.

Esta proposta também objetiva desmistificar o discurso da direita, que reitera a não existência de alternativas possíveis ao modelo neoliberal, e de que a esquerda não tem qualquer projeto. Não ignoro as dificuldades para convencer a opinião pública, tanto sobre a proposta, como sobre sua implementação, assim como os maiores obstáculos políticos e econômicos (internos e externos) nela envolvidos. Ainda que a consideremos como uma utopia, entendo que ela possa ampliar o espaço de discussão do problema e de alternativas.

As análises da dinâmica dos modelos neoliberais impostos desde o final da década de 1980 à América Latina mostram claramente que eles causaram considerável piora de nossas condições econômicas, políticas e sociais, já deterioradas na década anterior¹⁴. O receituário neoliberal está assentado para atender a duas ordens de questões: a financeira e a produtiva. A primeira decorre da crise financeira internacional, que explicitou a supremacia do capital financeiro sobre as outras formas de capital, impondo a quebra da soberania nacional de nossos países, para liberar seu movimento internacional na busca incessante de valorização. A segunda decorre da reestruturação produtiva e comercial feita pelas grandes empresas transnacionais, em suas bases nos países desenvolvidos, que exigiu, na década de 1990, reestruturações semelhantes em suas bases localizadas nos subdesenvolvidos. Destas duas ordens decorre a necessidade da imposição de um conjunto de reformas institucionais nestes países.

Mas, para isto, era preciso dismantelar as estruturas de nossos Estados nacionais – o que se fez com a conivência de nossas elites –, e implementar as seguintes reformas: desregulamentação dos fluxos internacionais de capital financeiro e das condições de sua aplicação no país; abertura comercial e financeira; diminuição do tamanho e da ação do Estado (eliminação de órgãos públicos, dispensa de funcionários,

¹³ Uma análise desses processos pode ser vista em: Fiori (1999) e Cano (2000).

¹⁴ Ver, no texto já citado (Cano, 2000), a análise macroeconômica dos sete principais países latino-americanos, onde os dados macroeconômicos explicitam seus movimentos de *auge*, *baixo crescimento* e *depois a crise*.

privatizações e concessões de serviços públicos, desmantelamento dos sistemas de planejamento); reforma do sistema financeiro nacional; flexibilização das relações trabalho-capital; e reforma previdenciária.

Essas reformas foram complementadas por políticas de estabilização que tiveram, como lastro, elevada valorização cambial da moeda nacional, que reduziu fortemente os custos dos importados, debilitou nossas exportações, gerando enormes déficits comerciais e de serviços. Por exemplo, no Brasil, entre 1989 e 2001, o PIB cresceu 26,4%, as importações, 203% e as exportações, 69%.

Parte substancial das entradas de Investimentos Diretos do Exterior (IDE) foi alocada em compras de empresas públicas e privadas nacionais, predominantemente na área de serviços – distribuição de energia, telecomunicações, finanças, etc.. Como não geram divisas, suas remessas de lucros e de juros de financiamentos externos (com o que ampliaram a dívida externa) agravaram ainda mais o balanço de serviços. Privatizações, desnacionalização, desmantelamento de empresas prestadoras de serviços e sua liberalização ampliaram os gastos internacionais com serviços de transporte, financeiros, de engenharia, consultoria, etc. O câmbio barato e livre ampliou também os gastos com turismo, compras de imóveis no exterior e crescentes remessas não controladas, muitas de escusa procedência.

Com isso, ao déficit comercial adicionou-se o de serviços, aumentando as necessidades de financiamento externo. Atendidas por entradas crescentes de capitais de toda a ordem, ampliam ainda mais a dívida externa e a conta de juros. Maiores pagamentos de juros e amortizações crescentes exigem novos (crescentes e permanentes) financiamentos para tapar, além daqueles dois buracos (o chamado déficit em transações correntes), o do lado financeiro do balanço de pagamentos.

Com isto, nosso passivo externo (hoje na casa dos US\$ 400 bilhões) e nossa dívida externa aumentaram, fazendo com que, tanto para pagar os juros de sua fração pública, quanto para enxugar a liquidez gerada pela “enxurrada de dólares”, aumentasse a dívida pública. Assim, os juros pagos pelo governo já somam o equivalente a 8% do PIB, no orçamento federal. E isto leva o Banco Central a manter elevadas taxas de juros internos. Estes (maus) fundamentos macroeconômicos debilitam também o crédito interno.

Assim, as restrições externas e internas ao crescimento aumentam cada vez mais, inibindo o investimento: o público, porque o governo não

tem recursos para isso; e o privado, pela elevada taxa de juros, e pelo aumento da incerteza e baixo crescimento do PIB. É preciso lembrar que a crescente contaminação dos juros no orçamento público exige novos e crescentes cortes do gasto corrente, notadamente nos gastos sociais.

Esses efeitos deprimem o crescimento médio na América Latina como um todo, e no Brasil, em particular. Nos últimos doze anos, para a maior parte de nossos países, o crescimento alto (de 5% ou mais) só ocorreu em três ou quatro anos; o baixo (entre 3% e 5%) em outros tantos, e o débil ou negativo, em outros três ou quatro anos. Isto se deve ao fato de que a dinâmica de alto crescimento gera um aumento mais que proporcional dos gastos externos, levando a uma situação de crise cambial aberta ou latente, que obriga a um freio no crescimento, para “reequilibrar” as contas externas.

Crescimento maior traz aumento nas dívidas, deprimindo também as contas públicas; crescimento baixo ou negativo debilita a receita fiscal, igualmente deprimindo as contas públicas. É por isso que, a despeito de nossa carga tributária ter crescido, no período recente, de 26% para 34%, a penúria fiscal não se resolve, pois todo o seu aumento (8%) é praticamente absorvido pelos juros.

Não é preciso repisar os males sociais advindos dessa dinâmica: aumento do desemprego, queda dos salários reais, corte dos gastos sociais e aumento da violência, hoje presentes em quase todos os nossos países e cidades. Assim, é inerente à dinâmica desse modelo a corrosão (e não o equilíbrio) dos chamados fundamentos da economia, que, fatalmente, a conduz a um desastre cambial e financeiro. A conhecida rota Argentina.

3.1 Reformas parciais ou ruptura do modelo?

Essas reflexões levam-me a entender que no modelo não cabem alterações parciais. Se baixarmos muito apenas os juros, para torná-los compatíveis com o cálculo empresarial, o capital externo diminui ou foge, implodindo o modelo; se aumentarmos os gastos sociais (e o investimento público), é o orçamento que explode, em face do enorme peso dos juros; os estímulos às exportações esbarram em obstáculos externos (o descarado protecionismo dos países desenvolvidos, queda dos preços, etc.) e internos (o orçamento fiscal). Se pretendermos conter importações, defrontamo-nos com acordos internacionais e com a desestruturação causada, em parte, de nossas cadeias produtivas.

Assim, entendemos que devemos substituir o modelo atual, instaurando uma transição rumo à nossa alternativa, com uso da soberania nacional no manejo da política de crescimento da renda e do emprego mais altos e duradouros, com distribuição de renda e justiça social, com a oferta e a demanda voltadas principalmente (não exclusivamente) para o mercado interno. Nossa vulnerabilidade externa adiciona, à nossa proposta, rumos de crescimento poupadores e geradores de divisas, mas longe de qualquer sentido de autarquia econômica ou de uma volta ao protecionismo frívolo.

O atual modelo ampliou muito nossos constrangimentos externos, e dificulta a formulação e a execução de um novo projeto nacional de desenvolvimento, pois:

- a dívida externa dobrou, pressionando mais o Balanço de Pagamentos, e exigindo permanente renegociação e ampliação do financiamento externo;
- a tríade nos impôs suas políticas multilateralistas, estreitando nossa capacidade externa de negociação bilateral. A adesão brasileira à Rodada Uruguai e à OMC reforçou ainda mais o comprometimento da economia nacional e de sua soberania;
- as novas empresas transnacionais praticaram a mais alta reconcentração privada de capital, ampliando sobremodo seus poderes monopólicos de mercado, financeiro, tecnológico e de decisão para o investimento interno;
- as transformações tecnológicas, entre outros, nos causam os seguintes problemas:
 - a) substituição de trabalho (principalmente o menos qualificado), fator abundante nos países subdesenvolvidos, e duplicação do desemprego estrutural;
 - b) substituição de insumos e produtos tradicionais (aço comum, cobre, chumbo, açúcar de cana, etc.), por novos, produzidos pelas novas tecnologias, notadamente nos países desenvolvidos;
 - c) sucateamento de equipamentos e instalações relativamente novos, estruturados no antigo padrão tecnológico;
 - d) necessidade de grandes investimentos de infra-estrutura adequada às novas tecnologias;
 - e) incerteza sobre o futuro de parte de nossa agricultura, frente à moderna biotecnologia, que poderá eliminar parte de nossas vantagens atuais;

- f) transferência, dos países desenvolvidos para os subdesenvolvidos, de parte da produção de bens causadores de graves danos ecológicos ou que requeiram alto consumo de energia, como aço, alumínio, celulose etc;
- g) as privatizações e quebras dos monopólios públicos encolheram ainda mais o Estado, reduzindo seu investimento e levando-o, inclusive, à perda da capacidade de, através de empresas estatais, conduzir as principais políticas setoriais e regionais;
- h) o predomínio das decisões pelas transnacionais dirige o progresso técnico para segmentos que são mais compatíveis com a distribuição regressiva da renda, ou que a acentua.

Por outro lado, a acumulação dos efeitos perversos da crise da década de 1980 com os do período atual, ampliou o conjunto de estrangimentos internos inibitórios ao crescimento:

- nosso velho conhecido problema da estabilização não está, de maneira alguma, solucionado, dado que, ao contrário do que apregoam os economistas oficiais, alguns dos fundamentos macroeconômicos são fortemente instáveis, como o câmbio, os juros e a ciclópica dívida pública interna;
- profunda deterioração do Estado, dada sua fragilidade fiscal e financeira, ineficiência administrativa, corrosão do sistema de planejamento, e a urgente necessidade de readequação qualitativa do funcionalismo público;
- as privatizações e concessões de serviços públicos não compensaram os efeitos negativos gerados por vinte anos de redução do investimento público, que deteriorou serviços públicos básicos e a própria infra-estrutura, como em energia, transportes e saneamento básico;
- há urgente necessidade de diagnosticar as empresas estatais remanescentes, para readequá-las aos novos propósitos de crescimento;
- o atraso tecnológico relativo de vários setores produtivos;
- a debilidade do sistema nacional de financiamento de longo prazo;
- a ausência de capacidade e vontade política das elites, para formular um novo projeto nacional de desenvolvimento. Estas, em grande parte, se converteram em *rentiers* da dívida pública, beneficiando-se ainda das facilidades concedidas pela livre entrada e saída do capital para o exterior.

Considerados os anos em que estamos ficando à margem da reestruturação tecnológica e o tempo necessário para alocar recursos e investimentos para recuperar o que deixou de ser feito, não é difícil estimar que nosso “atraso” rumo à Terceira Revolução Industrial contabilizaria um período em torno de 40 anos.

3.2 Questões básicas para formular um novo modelo

A esse atraso técnico e material, há que se juntar o atraso cultural e o social, ampliados durante esse período. Assim, penso que os objetivos básicos de médio prazo de nosso projeto devem buscar altas e persistentes taxas de crescimento da renda e do emprego; diminuição das disparidades regionais; implantação de uma política científica, tecnológica e cultural com maior autonomia, distribuição social de renda e de ativos, e responsável conservação ambiental.

É necessário aprofundar o diagnóstico macroeconômico e social, e estudar as perspectivas internacionais, a fim de que se possa implantar uma política de transição que reduza, no curto prazo, alguns efeitos mais perversos do atual modelo e firme os parâmetros para a condução ao novo propósito. Esta alternativa, que é progressista e democrática em relação ao atual fascismo de mercado, exige que se tenha consciência dos problemas a enfrentar, e se esclareça a opinião pública sobre suas dificuldades e efeitos.

Essas questões nos levam a entender que:

- há inquestionável e inadiável necessidade de ruptura com o atual modelo, substituindo-o pela alternativa aqui proposta;
- será indispensável reestruturar as dívidas interna e externa, para desafogar a crítica situação de nossas finanças públicas e o balanço de pagamentos;
- será imprescindível o controle do câmbio e dos fluxos de capitais do e para o exterior, e retirar qualquer veleidade de conversão de nossa moeda;
- é necessária profunda reestruturação dos mecanismos de proteção tarifária e não tarifária bem como rever e eventualmente renegociar alguns de nossos acordos e atuais obrigações internacionais;
- denunciar os previsíveis efeitos decorrentes de eventual criação da ALCA e da proposta para um Acordo Multilateral de Investimentos, que aprofundaria a atual submissão do país e do continente aos EUA.

- é necessária rigorosa reformulação das diretrizes atuais que regem nossas instituições financeiras (BC, BNDES, BB e CEF e demais bancos públicos), para que se possa criar novo sistema financeiro público para a alocação do crédito, especialmente o de médio e de longo prazos;
- urge fazer profunda revisão das condições vigentes junto às instituições financeiras privadas, para conter a especulação financeira e alocar crédito segundo as prioridades que deverão ser estabelecidas;
- dada a grave restrição interna (pública) e externa de recursos, que poderá piorar após a ruptura, as alternativas deverão buscar, no início, a utilização de capacidade ociosa da economia, minimizando e priorizando as necessidades de investimentos líquidos, mormente aqueles que demandem elevados recursos externos;
- para a transição, é indispensável a implantação de uma política emergencial de abastecimento e, posteriormente, uma política de segurança alimentar;
- será impossível a consecução destas proposições, sem que se proceda a uma completa e urgente reformulação dos aparelhos de estado voltados para o planejamento.

É necessário advertir que os propósitos acima poderão desencadear conflitos externos (EUA, FMI, BIRD, OMC, banca internacional, e outros) e internos (elites, partidos à direita, parte dos empresários, sistema financeiro, alguns sindicatos etc.), o que implica, necessariamente, a prévia construção de um novo e difícil pacto de poder político. Este pacto terá que passar por negociações entre partidos, classe trabalhadora, empresariado, regiões e setores, exigindo acurado e afinado preparo político para tal. Sem isto, é difícil pensar em alternativas dentro dos limites da democracia.

4. Uma alternativa não neoliberal

Os fortes constrangimentos internos e externos acima vistos, a gravidade da crise social que vivemos e a pluralidade de reivindicações dos diversos temas/setores/regiões tornam impossível para um país como o nosso optar por um único e determinante vetor de crescimento, seja o conhecido “*drive* exportador” ou o do “mercado interno de massas”.

A exclusiva opção interna afetaria fortemente a capacidade de gasto público dos próximos 20 anos, em face do acúmulo de investimentos

públicos e privados não realizados nos últimos anos. Por outro lado, não evitaria o crescimento de importações de equipamentos e insumos, que poderiam se chocar com as assinaladas restrições externas.

Dadas as condições da economia internacional hoje, seria impossível o crescimento necessário das exportações, para enfrentar uma acrescida demanda de importações. Consideremos que 45% das exportações são constituídos de produtos primários e semimanufaturados, de baixo valor agregado e lento crescimento em sua demanda externa. Os outros 55% são manufaturados, mas poucos deles têm alto valor agregado ou demanda externa passível de alto crescimento.

Seria preciso contar com produção de alta qualidade, especializada e em grande quantidade, para que pudéssemos transformar nossas exportações na variável determinante da renda e do emprego¹⁵. A menos que se selecionem determinados setores menos demandantes de importações (ou altamente geradores de exportações), será muito difícil diversificar e dinamizar nossas exportações.

Não é difícil deduzir que qualquer um dos dois vetores, isoladamente, nos coloca problemas sérios de financiamento interno e externo, e, eventualmente, de inflação e de balanço de pagamentos. Não nos esqueçamos de que o crescimento possível com qualquer deles – isoladamente – é pequeno e insuficiente para dar conta do problema do emprego e, muito menos, de nossa crise social.

Por isso é necessário definir uma estratégia que não resulte em peso excessivo em um só vetor, mas que, ao contrário, utilize “de tudo um pouco”. Ela contemplaria vários setores ao mesmo tempo, priorizando a atualização tecnológica de alguns de seus segmentos e escalonando, no tempo, a utilização dos recursos mais escassos (câmbio e finanças públicas). Entretanto, mesmo uma combinação “ótima” de setores/tempo/espaço não evitará maiores necessidades de importações, e isto, mais o acesso a tecnologias modernas, pressionaria nossa capacidade de pagamentos internacionais, obrigando-nos a reforçar, nessa estratégia, a política de exportações.

Há, em suma, a inequívoca e urgente necessidade de se formular uma estratégia, para um programa organizado e defensivo.

¹⁵ Ver, ao final deste texto, apêndice em que faço algumas considerações sobre as dificuldades para ampliar nossas exportações, mantido apenas o atual quadro de origem-destino de nosso comércio.

— Organizado, no sentido de não deixar exclusivamente ao mercado a “solução” de problemas econômicos e sociais. Para tanto, é imprescindível reestruturar o Estado, para, com apoio político da sociedade, retomar soberanamente os destinos da política econômica e social do país.

— Defensivo, porque ainda somos a maior estrutura industrial do “Terceiro Mundo” e temos, portanto, ainda muito a perder – em termos de ativos e de empregos – se permitirmos a continuidade da atual abertura desgovernada e “orientada” exclusivamente pelo mercado.

Para a consecução disso requer-se, inquestionavelmente, a elaboração de quatro complexos projetos interdependentes.

1. O primeiro, para evitar que a inflação retome níveis elevados, mas que arbitre as perdas que surjam em decorrência de políticas de estabilização, com critérios de maior justiça social. Tal política tem que ser implementada simultaneamente com algumas das reformas para isso exigidas, e com inequívoca sinalização de necessidades e oportunidades de inversão privada, que reative os mecanismos de crescimento e que impeça a fuga ou a realocação especulativa dos recursos financeiros hoje aplicados em ativos improdutivo. Será necessária uma política de abastecimento específica para itens de alimentação, cuja demanda crescerá fortemente à medida que o emprego retome níveis elevados. Em praticamente todos os demais bens-salário (têxtil, calçados e confecções, etc.), há capacidade ociosa grande, e o cuidado, neste caso, deveria ser o da fiscalização de seus preços.
2. Uma difícil “engenharia política” para uma ampla negociação nacional, que passe não apenas pelos partidos políticos, mas que, sobretudo, examine, discuta, negocie e promova os atendimentos possíveis à população – notadamente às classes médias e baixas – e à economia. Tal negociação deve, assim, “passar a limpo” as relações trabalho/capital; as da interação e sinergia das pequenas, médias e grandes empresas; as do tripé, capital estrangeiro/capital nacional público/capital nacional privado; e a dos interesses e conflitos inter-regionais. Há, portanto, que repolitizar a economia.
3. O terceiro projeto compreende amplo conjunto de reformas estruturais exigidas para que se possa levar a termo a “arrumação da casa” para a formulação das políticas de curto, médio e longo prazos. É sumamente importante lembrar que estas reformas, em sua maior parte, devem ser implantadas concomitantemente, mas, sempre que necessário, escalonar algumas em desdobramentos de curto, médio e longo prazos. São, então, necessários:

- reforma do Estado, para maior agilização administrativa, readequação e requalificação do funcionalismo público, remontagem do sistema nacional de planejamento, de forma a permitir a reintrodução da capacidade seletiva de priorização do gasto e do investimento;
- estudar e propor pautas adicionais de exportação e importação que poderão ser criadas, via acordos especiais, com ampla integração comercial com o restante da América Latina e outros países periféricos, principalmente com os três outros países “continentais”, a China, a Índia e a Rússia. Estas pautas teriam caráter complementar entre o Brasil e esses países, expandindo trocas de produtos cujas vendas dificilmente poderiam ingressar (ou crescer) nos demais mercados;
- equacionamento do serviço da dívida externa, para compatibilizar um orçamento cambial que ampare a retomada do investimento e o crescimento, tanto quanto – principalmente – compatibilizá-lo com nossa capacidade fiscal;
- equacionamento da dívida pública interna, para o disciplinamento das contas públicas e contenção da pressão estrutural, hoje exercida sobre a taxa de juros. Dado que as três esferas de governo encontram-se financeiramente comprometidas, esse equacionamento deverá abranger a todas;
- reforma fiscal e tributária progressiva, que possa readequar as contas públicas, os níveis regionais e locais de competências, simplificar o sistema tributário nacional e que dê, em suma, as condições financeiras exigidas por um Estado moderno, eficiente e socialmente justo. Deverá ser prioritário o combate à atual guerra fiscal;
- reestruturação do sistema financeiro nacional para dificultar a especulação, fortalecer o mercado de capitais e solucionar nosso estrutural estrangulamento do financiamento de longo prazo;
- reformas sociais (agrária, abastecimento, urbana, saúde pública, previdência social, educacional e ambiental), projetadas tanto para ataques emergenciais aos problemas dos mais carentes quanto para se atingir toda a sociedade, numa perspectiva de prazo maior – certamente superior ao de um mandato presidencial;
- reforma da empresa, para que possa se adequar aos novos requisitos administrativos, produtivos e financeiros, e que permita maior transparência de seus resultados, de sua eficiência e de seu papel social numa sociedade moderna e mais justa.

4. O quarto projeto é o desenho estratégico do “modelo”, cujas margens são definidas, de um lado, pelos limites dos orçamentos cambial e fiscal e da capacidade interna de financiamento e, de outro, por um processo seletivo de prioridades sociais e produtivas, que atenda aos pressupostos políticos básicos a que nos propomos. É bom lembrar que teremos que alocar recursos em muitas coisas ao mesmo tempo: por exemplo, na restauração da infra-estrutura, ampliação das exportações, substituição de importações, na modernização produtiva e em gastos sociais emergentes. A limitação de recursos, contudo, impede-nos de atender a tudo e a todos, ao mesmo tempo.

Por isso, o modelo socioeconômico deveria ter como pressuposto central seletivas prioridades para o crescimento e a distribuição da renda. Há, assim, que se promover uma delicada “engenharia socioeconômica” que combine o maior número possível de áreas-problemas, procurando maximizar os recursos com metas claras de crescimento, modernização e justiça social.

Tal programa, ao priorizar áreas, terá de desenhar projetos específicos – porque não há recursos para o atendimento geral – que abarquem segmentos sociais, regionais e setoriais:

- i) grupos de empresas que mais exportam ou que têm maior relevância na produção de um setor prioritário – material de construção, por exemplo, para a política habitacional;
- ii) regionais, objetivando desenvolvê-los e manter a unidade e a harmonia nacionais, via desconcentração da atividade econômica, mas considerando também o lado social;
- iii) sociais, compreendendo projetos de caráter emergencial, como frentes de trabalho, programas especiais de emprego, de atendimento a carentes, e os projetos de caráter estrutural e permanente, via reforma agrária, distribuição e acesso a ativos, profunda reformulação dos sistemas de saúde, educação e cultura;
- iv) de ciência e tecnologia, para desenvolver a criatividade e assegurar maior autonomia nacional, diminuindo o elevado grau atual de dependência tecnológica que o país tem para com as empresas transnacionais.

Trata-se, também, de produzir projetos que possam atingir metas múltiplas como, por exemplo, os habitacionais que, simultaneamente, proporcionam altos efeitos positivos diretos e indiretos de emprego, de

crescimento e de distribuição de renda.

Em suas linhas gerais (que aqui não cabe detalhar), essa estratégia perseguiria as seguintes metas:

i. área social: crescimento com distribuição; combate à pobreza

Setores como habitação e saneamento são áreas de gastos mínimos de divisas, altamente empregadoras, mas que também exercem forte demanda de recursos públicos, principalmente de financiamento de longo prazo. A reforma agrária não pode deixar de ser aqui contemplada, tanto pelos menores recursos que exige quanto pelo seu menor investimento por emprego gerado.

A reformulação da saúde e da educação públicas incluirá metas de urgente erradicação do analfabetismo, e deverá alcançar maior abrangência ou universalização. Programas como “renda mínima” deverão ser implantados, com previsão de gradativa redução a longo prazo, em função do aumento do emprego, da subsequente melhoria de salários, de política tributária menos regressiva e de aumento da oferta de bens-salário a custos e preços menores. Uma das políticas de emprego emergencial consistirá no uso intensivo de mão-de-obra em obras públicas e em sua manutenção, e esta modalidade deverá ser objeto de negociação entre as diversas esferas do poder público, condicionada pelas fontes supridoras de recursos. Aumento real gradativo do salário mínimo.

ii. infra-estrutura

Não poderão ser feitos, nas primeiras etapas, investimentos maciços em poucos setores, mas, ao contrário, uma distribuição multissetorial de gastos que possam atenuar a atual carência e a deterioração da área, tornando-a gradativamente apta a dar o apoio à modernização, às exportações e à retomada do crescimento. Esta é a área de alta relação capital/produto, mas vários de seus segmentos podem ser produzidos (e mantidos) com uso mais intenso de trabalho e menos de capital, sendo assim também altamente empregadores. Tendo em vista que teremos de aprofundar nossa inserção comercial na América Latina, parte de nossos projetos deverá ter esse objetivo em mente.

iii. modernização produtiva

O caráter seletivo (priorização estratégica) deverá aqui ser usado com mais rigor, dado que, teoricamente, a maior parte dos setores do

aparelho produtivo teria de ser modernizada. A seletividade deverá contemplar algumas áreas mais prioritárias, como aquelas mais aptas para: a) manter e/ou expandir exportações para as quais estamos hoje capacitados; b) desenvolver segmentos produtivos de *high tech* (para o mercado interno, para diversificação de exportações e substituir importações); c) eliminar “gargalos” para a infra-estrutura e para a área social.

A reestruturação de cadeias produtivas parcialmente destruídas pelas políticas de privatização e de abertura deverá ser objeto de programação especial, tendo em vista não só o crescimento e a economia de divisas com importações, mas também a recomposição da estrutura produtiva.

5. Apêndice: considerações sobre possibilidades de expandir exportações

A necessidade de aumentarmos nossas exportações e de substituir importações está implícita em qualquer estratégia que venha a ser desenhada e implementada para o Brasil. Dada a diversidade de problemas que atingem os diferentes segmentos de exportação, é necessário estudá-los separadamente. As dificuldades de toda ordem com que esbarramos ao tentar ampliá-las e diversificá-las exigem profunda reflexão sobre a economia internacional, e estas notas procuram dar alguns passos iniciais nesse sentido. Além disso, entendo ser de necessidade imediata uma decidida reformulação de nossa estrutura institucional externa, dotando seus órgãos com recursos e equipes técnicas suficientes, e com uma nova atitude de política externa, exigindo e fazendo cumprir o papel que nos cabe no cenário internacional.

Além das alterações tarifárias e os controles cambiais e dos fluxos de capitais, devemos também implantar uma política de incentivos e de regulamentação às empresas de capital estrangeiro, que, entre outras medidas, proponha condições do tipo: para cada dólar gasto com importações, há que se gerar três de exportações; para os lucros não reinvestidos e remetidos, a obrigação de gerar (determinada proporção de) recursos externos, seja em créditos ou em exportações.

A multilateralização das negociações do comércio internacional, antes através do GATT e hoje, da OMC, é uma faca de dois gumes para países subdesenvolvidos como o Brasil, que avançaram mais pela industrialização. Por um lado, é verdade que a multilateralização simplificou as negociações e deu-lhes uma organicidade maior, tentando evitar for-

malmente discriminações isoladas. Contudo, o que se vê ao longo de sua existência é que a forte presença dos maiores países líderes nessa instituição, ou suas ações (isoladas, como as norte-americanas, ou coletivas, como as da CEE) específicas fazem sempre pender a balança para o atendimento maior de seus interesses.

Tais atitudes podem ser tomadas à luz de acordos específicos, ou das grandes negociações temporárias. Mas também podem assumir a forma de acordos parciais, como os acordos para contenção de cotas “voluntárias”, bastante praticados pelos EUA com alguns de seus principais fornecedores, de retaliações ameaçadas ou efetivadas (sempre pelos países líderes, é claro), ou de embargo unilateral, como o imposto a Cuba pelos EUA, que, inclusive, obriga que filiais dos EUA locadas em outros países o obedeçam.

É com os blocos – institucionais (como a CEE) ou não (como os do Japão, ou dos EUA, até antes da criação da Nafta) –, contudo, que tais controles, concessões especiais e discriminações têm se multiplicado. Entre os casos atuais mais gritantes estão a política agrícola protecionista da CEE e a específica “liberalização” comercial concedida pelos EUA à China, que, de fato, discriminam exportações de manufaturas tradicionais de outros países subdesenvolvidos.

As experiências de integração latino-americana (desde 1961 com a Alalc) mostram que a diversidade de situações estruturais, de políticas econômicas e de instabilidades macroeconômicas de seus principais países constitui sério obstáculo para uma plena integração. Esta, contudo, deve ser objetivo central de uma nova política de inserção externa, mas desenhada e construída em moldes mais pragmáticos, e não com o aqodamento temporal aplicado no caso do Mercosul. Não é difícil perceber que a proposta de integração de um mercado para todo o continente americano não tem fundamento, a menos que nos convertamos – todos os países que de certa forma ambicionaram um dia se industrializar – em verdadeiras plataformas de exportação (no caso de ser isto possível), em produtores de nichos, em maquiladoras em grande escala, mas jamais em países desenvolvidos. E isto, a despeito do fato de que os EUA continuam a ser o principal mercado externo individual para o Brasil.

A integração dos países do chamado Cone Sul começou em 1985-1986, com os acordos setoriais e temáticos assinados entre o Brasil e a Argentina, cujas propostas gerais eram atingir um fortalecimento político dos principais devedores (incluindo o México) junto aos bancos credores e ampliar uma área de livre comércio entre ambos.

Contudo, a ascensão de dois presidentes neoliberais (Menem e Collor) precipitou a idéia voluntarista e pouco refletida da imediata constituição de um mercado comum entre eles, incluindo o Paraguai e o Uruguai. O prazo anterior de dez anos para atingir a integração foi encurtado para quatro, tempo diminuto, se tomamos o exemplo da CEE, que, em 1986, ao propor para 1993 o projeto do Mercado Único, já acumulava uma experiência de trinta e quatro anos de integração evolutiva.

Fez-se tudo isto, no Mercosul, sem mesmo se contar com estudos setoriais nacionais que pudessem, pelo menos, aquilatar as diferenças específicas de produtividade, custos, competitividade, salários, estruturas tributárias etc. Pior do que isso, entretanto, é a decisão sobre a harmonização das políticas macroeconômicas, como se tivesse sido possível harmonizar a “camisa-de-força” cambial e monetária argentina com o câmbio desvalorizado (salvo entre 7/1994 e 12/1998) do Brasil.

O Brasil tem a ossatura industrial mais completa e a Argentina, uma semidestruída, enquanto os outros dois países têm incipiente industrialização. Por isso, e pela dimensão de mercado desses três países, o Brasil não pode ter, no Mercosul, nem a integração nem o mercado de que necessita sua indústria. Mesmo pelo lado da agropecuária, as deficiências brasileiras não foram suficientemente comparadas com as produtividades argentinas, e isso nos causa sérios problemas concorrenciais, pelo menos no que tange a trigo, carnes, couros, leite, frutas e agroindústria desses produtos.

Por essas razões, julgo necessário não só refletir mais e melhor sobre o Mercosul, como também estudar com profundidade e seriedade nossas possibilidades de reorientação comercial, incluindo mais ativamente o restante da América Latina e propondo negociações mais amplas junto aos mercados da Europa Oriental, da ex-URSS, da Índia e da China.

A hipótese é a de que com eles poderíamos formar um sistema “paralelo” de trocas de bens e serviços que gradativamente deixarão de ser produzidos nos países desenvolvidos, nos termos da Segunda Revolução Industrial, desaparecendo a produção de alguns deles, ou modificando-se sua forma tecnológica de produzir. Obviamente, isto não exclui a participação de todos esses países no sistema atual de trocas (o que seria desprovido de sentido), de onde, aliás, teriam de obter o financiamento (ou o *surplus*) necessário à compatibilização das trocas no sistema “paralelo”. Esse sistema, naturalmente, teria vida longa (mas extingüível), a menos que as condições internacionais mudassem radicalmente, coisa pouco provável a médio prazo.

Isso permitiria a esses países manter a maior parte de suas atuais estruturas produtivas e evitar sua destruição, modernizando-as numa cronologia adequada às suas disponibilidades dinâmicas de recursos. Enquanto isso, suas necessidades daqueles insumos e bens de capital seriam supridas nesse sistema “paralelo”. A razão principal disso é que uma modernização mais intensa e rápida é cambial e financeiramente inviável para esses países. A opção pela destruição rápida de ativos significa abdicar da industrialização e agravar o subdesenvolvimento, destruindo meios de produção que ainda são capazes de suprir necessidades humanas.

Por outro lado, não tem sentido a destruição enorme de ativos que países como os do Leste, a ex-URSS, China, Índia, Brasil e outros teriam de fazer diante da “necessidade” de uma imediata entrada na Terceira Revolução Industrial. Muito menos diante do flagelo em que se tornou a questão do desemprego tecnológico, que multiplicaria ainda mais a pobreza e a miséria desses países.

A proposta acima não é irreal, mas envolve negociações difíceis e formulações de estratégias nacionais de desenvolvimento, isto, sim, um pouco “fora de moda” para o gosto neoliberal. O que me leva a formulá-la é justamente a grandeza do tempo envolvido na assimilação histórica das grandes transformações produtivas, e no que isso representa em termos de novo afastamento dos níveis de riqueza e miséria mundiais. As nações subdesenvolvidas não terão, na verdade, muita chance de escolha se optarem cegamente pela rota da pseudomodernidade. Por outro lado, países como o Brasil, a Índia, a China e a Rússia, por suas próprias dimensões econômicas, capacidade e conhecimento técnicos acumulados e dotação de recursos, poderiam liderar o novo processo, promovendo uma integração complementar (que chamei de sistema “paralelo” de trocas) com muitos países subdesenvolvidos.

Exportações de produtos da Terceira Revolução Industrial não teriam maiores dificuldades, desde que aceitássemos as regras do jogo dos países líderes, isto é, abdicar da industrialização soberana e submeter sua estrutura produtiva aos ditames das transnacionais. O difícil será conseguir manter a soberania e dirigir nossa modernização e nossas exportações através de negociações. Mas, por mais difícil que isso possa vir a ser, esta via deve ser procurada constantemente, dado que não há outra, uma vez que a violenta reconcentração de capital que as transnacionais fizeram reconcentrou-lhes, também, a tecnologia, o mercado e a finança internacional, alterando – para pior, no nosso caso – as estruturas do poder econômico internacional.

Se corretas as observações contidas nestas “conclusões”, penso que a idéia de se formular uma estratégia alternativa para o Brasil, nos moldes aqui propostos, não só fica reforçada, como também se torna inadiável. É a esta tarefa que deveremos dedicar nossos maiores esforços. Mas essas propostas não representam, advirta-se, uma “simples volta aos anos 30”; pelo contrário, seria algo novo e moderno, na conotação humana que a palavra progresso precisa conter.

Vejamos ainda, resumidamente, algumas questões relevantes que podem se interpor à expansão de nossas exportações, segundo classes de produtos.

— Produtos da agropecuária: para os da agropecuária, a demanda (entre 1974 e 2002) caiu cerca de 30% em preços, e não se espera recuperação alentada. Previsões mundiais apontam baixo crescimento anual das quantidades, entre 1% e 2%, e entre 2,5% e 3,5% para os casos especiais do trigo e da soja. A desestruturação das ex-economias socialistas e seu eventual ingresso na CEE gerarão restrições em suas importações e aumento de suas exportações para a própria CEE.

A China, ao contrário, atravessa longa fase de alto crescimento industrial e urbano, mas sua agricultura se defronta com sérios problemas, como erosão, escassez de água em várias regiões, e disponibilidade de terras aráveis e irrigáveis restrita. O país tem alta participação na produção ou no consumo mundial de muitos produtos (35% a 40% no arroz, 25% em algodão, 19% em trigo, 12% em cereais secundários, 9% em óleos vegetais, tortas, rações etc.). Sua política de auto-suficiência, entre 1965 e 1990, teve pleno sucesso em vários produtos (grãos, exceto trigo; arroz; açúcar; carne e laticínios), oscilando em torno de 100% de sucesso em alguns e insucessos em outros, que reverteram, como a lã (52%) e o algodão (80%). Assim, a China poderia representar importante vetor de importações desses produtos.

— Produtos minerais: salvo gás e petróleo, as séries históricas mostram grave debilitação da demanda mundial da maior parte desses produtos, tanto pela queda do ritmo de crescimento mundial quanto, principalmente, pela substituição que vêm sofrendo, por outros produtos modernos.

— Produtos manufaturados: a crise internacional, a reestruturação produtiva e “novas” barreiras comerciais dos países da OCED reduziram muito o alto crescimento anterior de nossas exportações, caindo nossa participação no mercado mundial (caiu para 0,6% em têxteis-confecções, e para 6,7% em calçados). Nos produtos tradicionais perdemos

terreno tanto pelas altas exportações daqueles países (55% das exportações totais de têxteis e confecções, e 45% das de calçados), quanto pelo avanço das asiáticas, com China, Hong Kong e Coréia detendo, em 1990, mais de 30% das de confecções e de têxteis. A China deve expandir também suas exportações não-tradicionais, o que implicará novas e difíceis negociações, dada a dimensão mundial de sua oferta e demanda. Para nós, a modernização seletiva é imprescindível, pois não será mais possível exportar à custa de trabalho mais barato.

As *commodities* industriais sofrem altos custos energéticos e ambientais e substituição tecnológica. Por exemplo, a demanda mundial de siderúrgicos e não-ferrosos, ao que tudo indica, continuará caindo. Para a pasta celulósica, a concorrência aumentou, em face da expansão da capacidade produtiva em países subdesenvolvidos. Por termos competitividade nesses segmentos (25% de nossas exportações totais), ainda poderemos manter nossa participação no mercado, em que pesem as restrições dos países desenvolvidos, já mencionadas.

O setor de material de transporte, com alta participação na pauta, tem problema mais delicado, dada a enorme dependência que temos das decisões de suas transnacionais, ainda mais na área do Mercosul. Isto também se dá com os produtos *high tech*. Outros, como químicos e mecânicos, podem ainda ser objeto de negociações especiais (o segundo circuito comercial) com países subdesenvolvidos.

— Serviços: suas exportações terão duras negociações, restando-nos, se possível, exportar serviços de engenharia pesada e importar os de *high tech*, além dos financeiros, de transporte e outros.

Referências bibliográficas

- ALVES, M. A. da S. (2002) “Guerra fiscal e finanças federativas no Brasil: o caso do setor automotivo”. Dissertação de Mestrado, Instituto de Economia, Unicamp, Campinas.
- ARAÚJO, T.B. (1999) “Por uma política nacional de desenvolvimento regional”. *Rev. Econômica do Nordeste*, v. 30, nº 2, abr-jun, BNB, Fortaleza.
- ARBIX, G. (2002) “Políticas de desperdício e assimetria entre público e privado na indústria automobilística”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17 nº 48, fev.

- BRANDÃO, C. A. (2002) *Localismos, mitologias e banalizações na discussão do processo de desenvolvimento*. VII Encontro Nacional de Economia Política e II Colóquio Latino-Americano de Economistas Políticos. Anais. Curitiba, 28-31 de maio de 2002.
- BRANDÃO, C. A, e GALVÃO, A. C. (2001) “Fundamentos, motivações e limitações da proposta governamental dos ‘Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento’”. *Anais do VI Encontro Nacional de Economia Política*. São Paulo, 12-15 de junho de 2001.
- CANO, W., (1992) “Uma alternativa não neoliberal para a economia brasileira”, In Cano (Coord.) *São Paulo no Limiar do Século XXI*, F.Seade, SP, v.1.
- _____ (1998) *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1995*, Unicamp, 2ª ed.
- _____ (2000) *Soberania e política econômica na América Latina*, UNESP/UNICAMP
- _____ (2002) *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*, Ed. Unicamp, Campinas.
- _____ (2002a) “‘Crise de 1929’, soberania na política econômica e industrialização” In. Cano (2002)
- _____ (2002b) “Furtado: a questão regional e a agricultura itinerante no Brasil”. In Cano (2002).
- _____ (2002c) “Agenda para um novo projeto nacional de desenvolvimento”, in MORTHY, L., *Brasil em Questão*, UNB, Brasília.
- CARVALHO, J.O. (2001) “Nordeste: a falta que o planejamento faz”. Texto apresentado em 5/4/2001, em Campinas-São Paulo, no Seminário Nacional: Regiões e Cidades, Cidades Nas Regiões – A Espacialidade do Desenvolvimento Brasileiro, promovido pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional-ANPUR.
- DINIZ, C.C. (1999) “Impactos territoriais da abertura externa, privatizações e reestruturação produtiva no Brasil”. CEDEPLAR/PRONEX, Belo Horizonte, mimeo.
- _____ (2002) “A nova configuração urbano-industrial no Brasil”. In Kon (2002).
- FURTADO, C. (1972) *Análise do modelo brasileiro*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 3ª ed.

- _____ (1959) *A operação Nordeste*. ISEB, Rio de Janeiro.
- _____ (1967) “Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste”. GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. Min. Interior-Sudene, Recife, 2ª ed. (texto não assinado pelo autor, mas de autoria confessa).
- _____ (1961) *Formação econômica do Brasil*. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 4ª ed.
- _____ (1964) *Dialética do desenvolvimento*. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro.
- _____ (1989) *A Fantasia desfeita*. Paz e Terra. São Paulo-Rio de Janeiro, 3ª ed.
- FERNANDES, A.C. (2001) “Da reestruturação corporativa à competição entre cidades: lições urbanas sobre os ajustes de interesses globais e locais no capitalismo contemporâneo”. In *Espaço e Debates* nº 41, São Paulo.
- FIORI, J.L.(Org.) (1999) *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Editora Vozes, Petrópolis
- KON, A. (Org.) (2002) *Unidade e fragmentação, a questão regional no Brasil*. Perspectiva, São Paulo.
- NOVAES, W. (2002) “Insustentabilidade social, ambiental, econômica e militar”. in MORTHY, 2002.
- PACHECO, C.A. (1998) *Fragmentação da nação*. Unicamp/Inst. de Economia, Campinas.
- SILVA, M. (2002) “Amazônia, sustentabilidade e ética”. in MORTHY 2002.
- TAVARES, M.C. (Org.) (2000) *Celso Furtado e o Brasil*. Fund. Perseu Abramo, São Paulo.
- TINOCO, A. C. (2001) “Integração ou fragmentação? O impasse gerado pelo fetichismo da desconcentração”. *Espaço e Debates* nº 41, São Paulo.
- VAINER, C. (1999) “As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?”. IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, mimeo.
- _____ (2000) “Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento”. In Arantes, O., Vainer, C. e Maricato, E. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. Vozes. Petrópolis.

